



Questões da Prova de Conhecimentos Específicos
Processo Seletivo Mestrado 2023

Projeto 1: Acesso à justiça e desigualdades

Questão:

Nos últimos anos, as jurisdições estrangeiras ganharam protagonismo para decidirem sobre situações jurídicas ocorridas no Brasil.

Os excertos abaixo ilustram esse fenômeno em duas situações. A primeira, já em curso, busca, na Inglaterra, indenização para as vítimas lesadas pelo rompimento da Barragem do Fundão, ocorrido em 2015 no município de Mariana, Minas Gerais. O fato de uma das empresas responsáveis ser inglesa atraiu a competência de tribunal estrangeiro.

A segunda situação, ainda não formalizada, indica planos de buscar a jurisdição dos Estados Unidos da América para obter indenização para os investidores da empresa brasileira Americanas S. A. O fato de a Americanas S.A. vender títulos em bolsa de valores estadunidense é apto a atrair a competência da jurisdição estrangeira.

"Class action" à vista para a Americanas (texto adaptado)

Por Lauro Jardim
12/01/2023
O Globo

Uma vez que a Americanas tem ações listadas fora do Brasil, é uma questão de tempo a empresa enfrentar uma ação coletiva nos EUA por causa da conduta dos seus executivos e dos prejuízos bilionários causados aos investidores, a exemplo do que ocorreu com a Petrobrás (Lava-Jato).

Ontem, a Americanas surpreendeu o mercado com uma bomba inédita: foram encontradas "inconsistências" no balanço da empresa, resultando num rombo de R\$ 20 bilhões que passou batido pelas auditorias feitas nos últimos nove balanços anuais - que é o tempo que Sérgio Rial, que renunciou ontem à presidência da Americanas, estimou que as fraudes tenham começado. Um rombo cujas explicações ainda terão que ser dadas de modo mais consistente.

Texto disponível online em: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2023/01/class-action-a-vista-para-a-americanas.ghtml>

Justiça da Inglaterra aceita julgar ação do desastre em Mariana
A ação, apresentada em 2018, busca indenização da BHP

Publicado em 08/07/2022
Por Agência Brasil de Notícias

A Corte de Apelação do Reino Unido decidiu hoje (8) que a Justiça da Inglaterra vai julgar uma ação coletiva apresentada pelo escritório de advocacia que representa cerca de 200 mil afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Mariana (MG), no ano de 2015. No



desastre, 19 pessoas morreram.

A ação foi apresentada em 2018 pelo escritório PGMBM, que busca indenização da mineradora anglo-australiana BHP, uma das acionistas da Samarco, proprietária da barragem.

Os advogados sustentam que o sistema jurídico brasileiro não tem sido capaz de assegurar a devida reparação. Esse argumento, refutado pela BHP Billiton, não foi aceito no julgamento de primeira instância. O pleito foi considerado "abuso de processo" pelo juiz Mark Turner, do Tribunal Cível de Manchester, onde o caso tramita. Em novembro de 2020, o magistrado entendeu haver risco de sentenças inconciliáveis, com julgamentos simultâneos no Brasil e no Reino Unido.

Em seguida, o escritório apresentou um recurso extraordinário, e o Tribunal de Apelação de Londres aceitou um pedido de reabertura do processo.

No início do ano, a Fundação Renova, mantida pela Samarco, anunciou que as indenizações e auxílios financeiros emergenciais pagos pelos danos causados pelo rompimento chegaram a mais de R\$ 8,7 bilhões até o fim do ano passado e atenderam cerca de 363,5 mil pessoas.

Em nota enviada à Agência Brasil, a mineradora declarou que mantém o compromisso de reparação dos danos.

"A Samarco reafirma seu compromisso com a reparação de danos e com o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado, em março de 2016, pela Samarco e seus acionistas, Vale e BHP, governos federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo e outras entidades. Até o momento, com o apoio das acionistas, já foram indenizadas mais de 376,7 mil pessoas, tendo sido destinados mais de R\$ 21,8 bilhões para as ações executadas pela Fundação Renova", afirmou a empresa.

Em nota, a BHP Billiton informa que estuda a possibilidade de requerer permissão para recorrer à Suprema Corte do Reino Unido. A mineradora afirma estar comprometida com a reparação e sustenta que a ação movida no Reino Unido duplica questões que já são cobertas pelos trabalhos da Fundação Renova e por processos judiciais em curso no Brasil. "Até hoje, R\$ 21,8 bilhões foram desembolsados nos programas de remediação e compensação executados pela Fundação Renova", acrescenta o texto.

Matéria atualizada às 20h do dia 11/07/2022 para acréscimo do posicionamento da BHP Billiton.

Disponível online em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-07/justica-da-inglesa-aceita-julgar-acao-do-desastre-em-mariana>

Disserte sobre os motivos pelos quais situações ocorridas no Brasil estão sendo apreciadas por jurisdições estrangeiras.

Projeto 2: Ambientes e desenvolvimento: avaliação de políticas públicas e atividades impactantes sobre o ambiente natural, urbano, cultural e laboral

Questão:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Disserte sobre as implicações sociojurídicas jurídicas das mudanças climáticas nas políticas de segurança alimentar.

Projeto 3: Ética e desenvolvimento

Questão:

Analise criticamente as relações possíveis entre transparência e responsabilidade social corporativa, com especial atenção para os conceitos de fake news, democracia e integridade nos negócios.

Projeto 4: Interdisciplinaridade e métodos de pesquisa em Direito

Questão:

Com base nos textos indicados, desenvolva uma explicação de como e por que a questão metodológica, que envolve variados e possíveis métodos de pesquisa, se relaciona e impacta nas pesquisas interdisciplinares do Direito.